

**ATA**

**1ª sessão extraordinária de 2021**

**da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santa Clara e  
Castelo Viegas**

Ao terceiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas 21 horas, reuniu, extraordinariamente, na sede da **União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas**, sita na Urbanização Santa Isabel Lt 21, 3040-092, Santa Clara, Coimbra, a Assembleia de Freguesia, com a seguinte ordem de trabalhos: ----

**Ponto um:** Leitura e aprovação da ata da Assembleia anterior----

**Ponto Prévio:** Assuntos de Interesse para a União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas----

**Ponto dois:** Discussão e aprovação do mapa de pessoal 2021-10-20----

**Ponto três:** Discussão e Aprovação do regulamento do inventário dos bens da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas----

Discussão e aprovação do inventário do património a 31-12-2020----

Para dar início à sessão, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à verificação das presenças e ausências e dos pedidos de substituição dos elementos que a solicitaram, tendo verificado o seguinte: ----

**Presenças: ----**

Mesa da Assembleia: Presidente, Primeira Secretária e Segunda Secretária----

Junto Somos Coimbra: Catarina Ferreira; Margarida Pocinho; José Adelino e Ricardo Reis---

PS: Filipa Nobre; Gustavo Rocha e Luís Braga----

CPC: Carlos Miguel Ferreira----

CDU: Rui Agapito Marques----

**Ausências:**

Juntos Somos Coimbra: Cláudia Nunes (solicitou a substituição); Emanuel Ferreira. ----

PS: Sérgio Fernandes (solicitou a substituição) Celso Jordão (2º substituto, solicitou substituição) e Mara Tomaz (3ª substituta, solicitou substituição) ----


Cidadão por Coimbra: Ana Paula Cunha (solicitou a substituição) ----

**Membros do Executivo presentes:** Presidente José Simão; Joel Pereira; Mário Cassiano Alves; Bertília Simão e Joana Falcão ----

Havendo quórum, o Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão, começando por cumprimentar todos os presentes e passando, de seguida, à leitura da Ordem de Trabalhos. ----

Posto isto, perguntou a todos os presentes se as próximas convocatórias poderiam ser comunicadas por email, como está no regimento, tendo a proposta sido, consensualmente, validada por todos os presentes. ----

Filipa Nobre pede a palavra solicitando em nome da bancada (PS) um ponto de ordem à mesa para a retirada da discussão e aprovação do inventário do património 2020 incluída no ponto 3 da Ordem de Trabalhos, por ser um documento que estava integrado no relatório de contas que em junho de 2021 foi chumbado em Assembleia de Freguesia. Referiu igualmente que o ponto da Ordem de Trabalhos relativo ao inventário foi retirado devido a incongruências assinaladas pelos então membros da assembleia, verificando-se que continuam a existir algumas incongruências, nomeadamente com a alteração das datas de maio de 2021 para dezembro de 2020. Referiu ainda que não são apresentados autos de abate, como, por exemplo, do dumper, que terá sido vendido, e de uma placa vibratória que desapareceu, questionando se foi apresentada queixa às autoridades. Refere que o documento, transformado para pdf, surge com algumas gralhas e afirma que



---

a apreciação do inventário tem lugar em tempo certo por lei, na primeira sessão anual que se realiza em abril. Tendo ainda lido o disposto no artigo oitavo ponto dois do regimento da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, termina a intervenção solicitando a retirada do ponto da ordem de trabalhos.----

O Presidente do Executivo, José Simão, pede a palavra, referindo que o inventário não tem de ser aprovado, só necessita de ser apreciado. Refere o Presidente que houve uma queixa ao Tribunal de Contas sobre o inventário e que o mesmo Tribunal de Contas solicitou o envio do Inventário, tendo este sido remetido. Trata-se do inventário proposto para apreciação na presente sessão. Informa ainda que, até hoje, o Tribunal de Contas não se pronunciou.

----

Gustavo Rocha pede a palavra, referindo que o inventário de 2018 continha a menção da placa vibratória com um valor de 748,20€. ----

O Presidente do Executivo, José Simão, responde que o valor referido é o valor que a peça custou há muitos anos e que não se recorda de alguma vez a ter visto. ----

O presidente da Mesa da Assembleia toma a palavra, propondo que seja levado à votação e retirado o ponto em discussão, sugerindo que o inventário seja devidamente corrigido para que não haja dúvidas e para que a realidade seja espelhada de forma exata. ----

Catarina Ribeiro, 1ºsecretária, pede a palavra, lembrando que quando estão em causa o inventário dos bens, os direitos e as obrigações, cabe à Assembleia de Freguesia apreciar e não aprovar. Refere ainda que podem ser discutidos, apreciados, que pode haver lugar a recomendações e sugestões, as quais ficarão registadas em ata. Essa ata deve ser remetida, com os restantes documentos, ao Tribunal de Contas. ----



---

Filipa Nobre pede a palavra, reitera a ideia de que cabe à Assembleia a apreciação do inventário, no tempo certo. ----

Filipa Nobre e Catarina Ferreira solicita que seja retirado o ponto 3 da discussão.---

O Presidente da Assembleia coloca à votação a retirada do ponto três, a qual foi aprovada por unanimidade. ----

### **Ponto 1 - Leitura e aprovação da ata----**

Rui Agapito Marques pede a palavra, referindo que devia ter constado da ata que, no dia da tomada de posse, foi alvo de ofensas verbais por parte de um membro do Partido Socialista que se encontrava no público. ----

O Presidente da Mesa da Assembleia toma a palavra, frisando que todos os eleitos presentes tudo fizeram para sanar a situação. ----

O Presidente do Executivo pede a palavra, explicando que o Presidente da Junta não recebe a ata nem a vota. A propósito das últimas atas do anterior mandato, declarou ter sido surpreendido com o contacto do advogado que o informou que havia uma ata da Assembleia com palavras que por si não tinham sido proferidas pelo então Presidente da Junta. E continua, dizendo que, como há a possibilidade de se prescindir da leitura das atas, havendo situações de manipulação destas e utilização das mesmas como arma privada, solicita que a ata seja enviada ao Presidente da Junta ou lida na sessão da Assembleia. ---

O Presidente da Assembleia toma a palavra, propondo que o assunto referido pelo Presidente da Junta seja abordado no ponto prévio. ----

---

Passou-se à votação da ata, que foi aprovada por maioria, com duas abstenções: uma do CPC, Carlos Miguel Ferreira e outra do PS, Luís Braga. ---



-

Catarina Ferreira pediu a palavra, argumentando que quem instala a Assembleia é o Presidente da Junta e que a ata de instalação não deveria ter sido assinada pelos membros da Assembleia. Refere que faltam as assinaturas de todos. Trata-se de uma ata de tomada de posse dos eleitos locais da Assembleia de Santa Clara e Castelo Viegas. A interveniente refere preferir que essa ata seja facultada a todos os membros da Assembleia que tomaram posse, para que seja por eles assinada.----

O Presidente da Assembleia tomou a palavra, referindo que o que foi assinado pela mesa não foi a ata de instalação. Após a tomada de posse, houve uma breve reunião e o novo Presidente da Assembleia deu as boas vindas a todos os Autarcas eleitos. Nada se assinou no dia da tomada de posse, pois foi referido pelo Sr. Presidente da Junta que os documentos seriam assinados na sessão seguinte. Portanto, a tomada foi pública, não restando dúvidas sobre o ato. Mais referiu que foi documentada a brevíssima reunião que houve depois da instalação. ----

Catarina Ferreira volta a pedir a palavra, afirmando que a ata de instalação da Assembleia de Freguesia é a ata de instalação do órgão Assembleia de Freguesias e essa todos os eleitos, têm de assinar. O Presidente da Assembleia de Freguesia refere uma vez mais que não cabia à atual Mesa fazer a ata de instalação.----



O Presidente da Mesa da Assembleia passa para o **ponto prévio** da Ordem de Trabalhos. Dá a palavra a José Simão, Presidente do Executivo, para abordar a questão relativa às atas do anterior mandato. -----

José Simão, Presidente do executivo tomou a palavra, tendo lido trechos da ata da sessão do dia 29 de junho de 2021 e prosseguindo, mencionou que ia ler um trecho que considera grave, referindo que as palavras realmente proferidas foram apagadas da gravação. Pediu ainda ao membro da bancada do CPC para se recordar se as palavras que ia ler foram as palavras realmente proferidas, tendo de seguida lido excerto da ata de 29 de junho de 2021. O Sr. Presidente da Junta afirma que nunca disse tais palavras e que a situação foi enviada para Tribunal pelo advogado.----

O Sr. Presidente da Assembleia pergunta se a ata em causa foi ou não aprovada.----

O Sr. Presidente do Executivo responde, referindo que a ata pode ser aprovada, mas o que lá está vertido não deixa, no seu entendimento, de ser crime. E pergunta por que razão foi a conversa apagada do gravador. Pergunta também se algum dos que estiveram presentes na reunião de que se lavrou a ata do dia 29 de junho de 2021 sabiam que se tinha dito que a empregada estava a tempo certo e que o sr. que lá se encontrava era uma questão social?  
-----

Carlos Miguel Ferreira toma a palavra, dizendo que o Sr. Presidente do Executivo terá falado das obras, mas, do que se lembra, não terá falado da questão da funcionária e que abordou a questão do outro sr., mas não referiu que fosse uma questão social.----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia toma a palavra, mencionando que não se deviam discutir nesta sessão questões relativas a atas do anterior

mandato, tendo perguntado ao Sr. Presidente do Executivo qual o objectivo da sua intervenção. ----

O Sr. Presidente do Executivo toma a palavra, solicitando a possibilidade de tomar conhecimento do teor das atas futuras, nomeadamente através da sua leitura pública. ----

O Sr. Presidente da Assembleia entende que as atas poderão ser lidas antes da votação, se tal for justificadamente solicitado, e lembra que, depois de aprovadas, as atas são disponibilizadas no site da Autarquia, para consulta pública. Referiu igualmente que será uma excelente ajuda de trabalho a aquisição do prometido novo gravador das reuniões. ----

O Sr. Presidente da Assembleia refere que deve existir um ponto para uma breve intervenção do público com um período nunca superior a 30 minutos. Será um espaço destinado aos fregueses para que possam apresentar e ver discutidos assuntos inerentes à sua freguesia. Refere que em Santa Clara e Castelo Viegas não há o hábito de intervenção direta por parte dos fregueses, mas que seria positivo que as pessoas adquirissem o hábito de frequentar as Assembleias, de uma forma cordata, para se aperceberem do trabalho da Assembleia e da Junta e com elas colaborarem. ----

José Adelino pede a palavra, referindo que deve ser feita uma maior divulgação das reuniões a fim de haver uma maior intervenção do público. ---

O Sr. Presidente da Assembleia toma a palavra, afirmando que pretende que uma das próximas reuniões seja realizada em Castelo Viegas. ----

O Sr. Presidente do Executivo pede a palavra e sugere que, nas Assembleias nas quais se debatam assuntos que impliquem a provável consulta de grande quantidade de documentação, se mantenha a sessão na sede da Junta por uma questão de logística e de facilidade de impressão de documentos. ----



---

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia concorda com a sugestão apresentada. ----

**Passando, de seguida, para o ponto 2 da Ordem de Trabalhos ----**

Gustavo Rocha pede a palavra, afirmando que é salutar que se contratem mais pessoas pois, assim, os serviços da Junta terão mais eficácia. Pretende saber o motivo de se pretender a contratação do dobro número de funcionários; se as contratações serão muito onerosas; se vai ser aberto um novo concurso, sendo que o anterior não estava enquadrado na lei. e pergunta ainda, quanto aos contratos públicos a abrir se vão cumprir o estritamente estipulado por lei-

---  
Sr. Presidente da Junta respondeu que os concursos públicos vão cumprir o estipulado na lei----

José Adelino pede a palavra, referindo que, sobre a questão da onerosidade, tem a informação de que a Junta gastou em limpeza cerca 22 mil euros. Considera que a Junta necessita de pessoal, inclusivamente devido à junção das duas freguesias, sendo que Castelo Viegas não tinha pessoal próprio. Há por isso, uma clara necessidade de contratação. E ,ou se contratam pessoas ou se contratam serviços, que é o que tem acontecido, exatamente por falta de pessoal. ----

Gustava Rocha pergunta quando é que foi a última vez que contrataram pessoal para a Junta. ----

Catarina Ferreira responde que não são feitas contratações desde a situação dos precários. ----

Gustavo Rocha pergunta se é mais oneroso contratar um serviço ou contratar pessoal. ----



O Presidente do Executivo toma a palavra para responder às questões, afirmando que Castelo Viegas tinha dois funcionários com uma certa idade. No entanto, em Castelo Viegas também colocaram os Serviços dos Correios. Encontra-se aí uma funcionária que é urgente não estar na situação de precariedade laboral. Que existem dois cemitérios. Informa que a Junta tem presentemente 10 trabalhadores, dos quais 7 no exterior, para o que necessitam de ter determinada formação, determinados cursos. Prossegue, referindo que poderá não haver de antemão a necessidade de colocar 7 trabalhadores em simultâneo. Podem ser colocados 3 agora e, no próximo ano, fazerem-se mais contratações. Por exemplo se existir a necessidade de uma assistente social ou de um contabilista certificado, poderá ser menos onerosa a contratação do técnico do que enviar a documentação para uma empresa de contabilidade. Refere que, havendo a descentralização e se forem descentralizados para Santa Clara e Castelo Viegas cerca de 68 km de limpezas de jardim haverá necessidade de contratar quase o triplo de empregados. Contratam-se empresas de limpeza exterior porque os trabalhos de limpeza demoram muito tempo. Não é um só um trabalhador que limpa uma rua e é muito difícil cumprir todas as tarefas com o número de trabalhadores que a União de Freguesias tem. Com a descentralização, poderão as escolas do ensino básico passar para a Juntas isso pode obrigar a assumir novos contratos com pessoal, nomeadamente assistentes operacionais. Refere ainda que neste momento não se sabe o que vai acontecer. ----

Gustavo Rocha volta a perguntar se fica mais barato contratar serviços externos ou empregados. ----

O Presidente da Junta responde que não se pode dizer uma coisa ou outra. Ao contratar um funcionário público é para toda a vida, mesmo que as ervas não cresçam. Se contratarmos externamente, só vamos contratar quando há uma necessidade. Mas o que é facto é que há necessidade de 3 ou 4 funcionários.



Margarida Pocinho toma o uso da palavra, afirmando não ficar surpreendida com o aumento da necessidade de funcionários, que considera haver até a necessidade de novas categorias; que não lhe parece que seja um grande aumento, considerando que já não se contrata há muito tempo. Se há cabimentação, tem de haver concurso. ----

Gustavo Rocha intervém, perguntando quais são os custos com o pessoal. ----

O Presidente da Junta refere que os gastos rondarão os 10 mil euros/ano, sendo que os assistentes administrativos ganham um pouco mais. ----

Maria João Pereira, 2º secretária, pede a palavra, referindo que existem 10 lugares ocupados, que se pretende que passem para a 17, portanto, mais 7 funcionários. Sendo que irá abrir um concurso para 3, pergunta o que acontecerá às restantes 4 vagas. ----

O Presidente do Executivo responde que essas vagas ficam de reserva, em aberto para uma necessidade futura. Por exemplo, para entrada de uma assistente social. ----

Maria João Pereira pede a palavra, perguntando se, por exemplo na necessidade de entrada de um contabilista ou de uma assistente social, tais categorias entrariam nas categorias do mapa de pessoal que está a ser discutido. ----

Catarina Ferreira pede a palavra, respondendo que tem de haver nova aprovação. A inclusão de novas categorias, de novo mapa de pessoal, terá de vir à Assembleia. Refere ainda que as vagas que não forem utilizadas poderão ser utilizadas para contratos a termo certo de assistentes operacionais, quando existir necessidade. ----

---

Não restando dúvidas, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o mapa de pessoal, que foi aprovado por maioria.----

5 votos abstenções (Bancada do PS) ----

7 votos a favor (1 do CPC, 1 CDU e 5 Juntos Somos Coimbra) ----

E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar para todos os efeitos legais se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada, pelo Presidente e pelas Secretárias.----

3 de novembro, 2021

O Presidente da Mesa de Assembleia

1º Secretária

2º Secretária

